

HUMANAS E SOCIAIS

V.10 • N.2 • 2024 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2024v10n2p20-32



VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA NA UNIVERSIDADE: LACUNAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

TRANSPHOBIC VIOLENCE AT THE UNIVERSITY:
GAPS IN PUBLIC POLICIES FOR ACCESS AND
PERMANENCE IN HIGHER EDUCATION

VIOLENCIA TRANSFÓBICA EN LA UNIVERSIDAD:
BRECHAS EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACCESO Y
PERMANENCIA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Bruno Gomes Pereira¹
Thiago Luiz Sartori²

RESUMO

No contexto das políticas públicas, muito tem se discutido acerca do acesso e da permanência de pessoas transexuais na educação superior brasileira. No entanto, estas discussões precisam avançar no que se refere efetivamente à prática das relações humanas, especialmente no que se refere à permanência dessas pessoas junto às instituições de ensino superior. Este artigo tem como objetivo analisar situações de violência transfóbica no contexto universitário de uma instituição localizada na região metropolitana de São Paulo, envolvendo acadêmicos transexuais e travestis cotistas. A fundamentação teórica está alojada no campo interdisciplinar da Sociologia Crítica (SC), a partir da interface com os estudos sobre Políticas Públicas Educacionais (PPE). A metodologia é um estudo de caso, de abordagem qualitativa, considerando que as análises foram feitas a partir de entrevistas gravadas com três estudantes que ingressam no ensino superior por meio das cotas para pessoas trans. O tratamento científico dos dados se deu a partir das forças ideológicas que constituem o entorno dos dados coletados. A pesquisa revela que há um desamparo das PPE no que se refere ao acesso de pessoas trans no contexto acadêmico, existindo uma lacuna entre o princípio do acesso e o princípio da permanência na educação superior do país.

PALAVRAS-CHAVE

Cotistas. Direitos Humanos. Educação Superior. Violência.

ABSTRACT

In the context of public policies, much has been discussed about the access and permanence of transgender people in Brazilian higher education. However, these discussions need to advance with regard to the effective practice of human relations, especially with regard to the permanence of these people at higher education institutions. This article aims to analyze situations of transphobic violence in the university context of an institution located in the metropolitan region of São Paulo, involving transsexual academics and transvestites. The theoretical foundation is housed in the interdisciplinary field of Critical Sociology (CS), based on the interface with studies on Educational Public Policies (EPP). The methodology is a case study, with a qualitative approach, considering that the analyses were made from recorded interviews with three students who enter higher education through quotas for trans people. The scientific treatment of the data took place from the ideological forces that constitute the surroundings of the collected data. The research reveals that there is a lack of support from the EPP regarding the access of trans people in the academic context, with a gap between the principle of access and the principle of permanence in higher education in the country.

KEYWORDS

Shareholders; Human Rights; Higher Education; violence

RESUMEN

En el contexto de las políticas públicas, mucho se ha discutido sobre el acceso y la permanencia de las personas transgénero en la educación superior brasileña. Sin embargo, estas discusiones necesitan avanzar en lo que respecta a la práctica efectiva de las relaciones humanas, especialmente en lo que respecta a la permanencia de estas personas en las instituciones de educación superior. Este artículo tiene como objetivo analizar situaciones de violencia transfóbica en el contexto universitario de una institución ubicada en la región metropolitana de São Paulo, involucrando a académicos transexuales y travestis de cuota. La fundamentación teórica se aloja en el campo interdisciplinario de la Sociología Crítica (SC), a partir de la interfaz con los estudios sobre Políticas Públicas Educativas (PPE). La metodología es un estudio de caso, con enfoque cualitativo, considerando que los análisis se realizaron a partir de entrevistas grabadas a tres estudiantes que ingresan a la educación superior a través de cupos para personas trans. El tratamiento científico de los datos se realizó en base a las fuerzas ideológicas que constituyen el entorno de los datos recopilados. La investigación revela que los EPP se encuentran impotentes ante el acceso de las personas trans en el contexto académico, existiendo un desfase entre el principio de acceso y el principio de permanencia en la educación superior en el país.

PALABRAS CLAVE

Accionistas. Derechos humanos. Educación universitaria. Violencia.

1 INTRODUÇÃO

Em meio a uma sociedade dita “líquida”, nos termos de Bauman (2008; 2004; 2001), não raramente, é possível ver casos de violência transfóbica em diferentes contextos sociais. O teor líquido dos tempos atuais colabora para que estas violências sejam normalizadas, o que acaba distanciando estes atores sociais, que sofrem estas agressões das concepções mais sólidas no bojo da discussão social.

O termo “ator social” está sendo empregado neste artigo a partir das colaborações de Latour (2012; 2004; 2000), ao problematizar efeitos sociais a partir da relação e do comportamento de participantes humanos e não-humanos no processo de construção de sentidos a partir de algum fato.

Por outro lado, a normalização da violência contra a diversidade de gênero tem se mostrado algo assustador. Isso porque todos os tipos de agressões, veladas ou explícitas, têm se tornado rotina em domínios sociais, especialmente os públicos, em que a pluralidade de pessoas se mostra ainda maior (Lizzi; Cavaleiro, 2020; Sartori, 2020; Smith; Santos, 2017).

Dentre esses domínios sociais, é possível mencionar as universidades, as quais, por serem espaços destinados à troca de saberes e à construção de pesquisas, os casos de violência transfóbica acabam sendo ainda mais alarmantes. Para impedir o aumento de casos de violência contra pessoas transexuais e travestis no meio universitário, bem como para viabilizar o acesso e permanência desse público no ensino superior, as Políticas Públicas Educacionais (PPE) emergem como medidas governamentais que atuam na manutenção de estratégias de inclusão de pessoas trans, como as cotas, por exemplo (Pereira; Sartori, 2023; Sartori; Pereira, 2023a; Sartori; Pereira, 2023b).

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar situações de violência transfóbica no contexto universitário de uma instituição localizada na região metropolitana de São Paulo, envolvendo acadêmicos transexuais e travestis cotistas. Este intuito pode ajudar em desdobramentos futuros de pesquisa científica, partindo do princípio da necessidade de se discutir a referida temática no bojo dos estudos acadêmicos.

É pertinente elencar, partindo desse princípio, a seguinte pergunta de pesquisa: *O que revelam as situações de violência transfóbica no contexto universitário de uma instituição localizada na região metropolitana de São Paulo, envolvendo acadêmicos transexuais e travestis cotistas?*

Para responder a esta questão de pesquisa, foi mobilizada uma fundamentação teórica de natureza interdisciplinar, alojada no campo da Sociologia Crítica (SC) (Bauman, 2008; Bauman, 2004; Bauman, 2001; Butler, 2014; Butler, 2003; Scott, 1992), a partir da interface com os estudos sobre PPE (Nardi; Silveira; Machado, 2013; Sousa Graupe Locks, 2019; Souza Júnior, 2012; Sartori; Pereira, 2022a; Sartori; Pereira, 2022b; Sartori; Pereira, 2022c). A referida articulação teórica é convergente

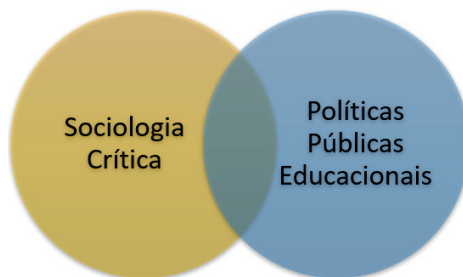
com a atual demanda das pesquisas científicas no campo das Ciências Humanas e Sociais, em que os saberes acadêmicos são vistos como complementares e não como excludentes.

A metodologia é um Estudo de Caso, de abordagem qualitativa, considerando que as análises foram feitas a partir de entrevistas gravadas com três estudantes que ingressam no ensino superior por meio das cotas para pessoas trans (Pereira; Angelocci, 2021; Severino, 2007; Yin, 2005).

O tratamento científico dos dados se deu por meio da técnica de análise narrativa, entendendo os relatos coletados como basilares para o tratamento científico. No contexto desta pesquisa, a referida metodologia mostrou-se condizente às demandas do objeto investigado, resultando em análises interpretativas ao final deste artigo.

As relações sociais podem ser entendidas a partir de várias perspectivas. Isso porque o comportamento humano tem sido objeto de estudos para diferentes vertentes de investigação científica. Por isso, focou-se nos diálogos teóricos a partir de um olhar complementar. A Figura 1 ilustra o processo de relação teórica entre SC e PPE. Observe:

Figura 1 – Diálogos Teóricos entre SC e PPE



Fonte: Dos Autores (2023)

A Figura 1 é constituída por duas esferas que, ao se sobreporem, evidenciam zonas fronteiriças, por meio das quais são estabelecidos os diálogos acadêmico-científicos aqui propostos. A esfera amarela representa a SC, enquanto a azul, as PPE.

Da SC foram focados os seguintes pontos: i) pelas suas colaborações no ramo dos estudos do gênero e da diversidade, com foco no seu teor libertador em relação às estruturas sociais pré-existentes no bojo da sociedade ocidental; ii) pelas problematizações científicas sobre o comportamento humano no que se refere à modernidade líquida em que estamos inseridos (Bauman, 2008; Bauman, 2004; Bauman, 2001; Butler, 2014; Butler, 2003; Scott, 1992).

No que se refere à primeira questão mencionada acima, os estudos sobre gênero convidam a pensar acerca das conquistas já alcançadas no que se refere ao público LGBTQQICAAPF2K⁴, porém também levam a pensar sobre ações ainda presentes, mas cada vez mais difíceis de serem aceitas, como, por exemplo, a violência transfóbica no contexto universitário (Butler, 2014; Butler, 2003; Scott, 1992).

4 Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Curioso, Assexuais, Aliados, Pansexuais, Polisssexuais, Familiares, 2-espíritos e Kink.

A SC, nesse contexto, se constitui como ramo da Sociologia que atua no processo de vozeamento de grupos sociais periféricos, deixados à margem no decorrer da evolução social. Nesse caso, o termo “crítica” remete justamente à tentativa de não subordinação a questões estruturais já cristalizadas no bojo social e das relações intergrupais. Portanto, os estudos sobre gênero culminam na visibilidade desse grupo dentro do âmbito da investigação científica, enfatizando aspectos de empoderamento da figura da mulher, do gay, do transexual, da travesti e de todos aqueles que se sentem diminuídos socialmente em razão do seu gênero (Butler, 2014; Butler, 2003; Scott, 1992).

Nesta pesquisa, os atores sociais invisibilizados são os estudantes transexuais e travestis que ingressaram no ensino superior por intermédio das cotas. Estes são entendidos como símbolo de resistência emergente em um contexto predominantemente heteroformativo e preconceituoso, aqui representado pela universidade em si.

Ainda no campo da SC, voltando à figura, foca-se na concepção de “modernidade líquida”, terminologia cunhada nos estudos sociológicos de Bauman (2008; 2004; 2001).

Entende-se a sociedade líquida como aquela em que os corpos de vulneráveis tendem a ser invisibilizados em decorrência das demandas efêmeras que envolvem o homem e tomam a sua atenção muito rapidamente. Isso, por sua vez, gera uma sensação de falta de importância aos acontecimentos sociais que envolvem estes grupos, de modo a gerar uma espécie de indiferença por parte da maioria das pessoas (Bauman, 2008; Bauman, 2004; Bauman, 2001).

No que compete a esta pesquisa, entende-se os estudantes cotistas trans como a personificação desses vulneráveis, que se encontram sem apoio no momento em que sofrem violência no meio acadêmico. De acordo com a corrente teórica acima mencionada, o silenciamento conferido à figura da pessoa trans na universidade é reforçado pela pouca importância dada a este fato pelos órgãos competentes e também pelas PPE, que se mostram omissas no que se refere à perspectiva de permanência que divulgam em seus discursos governamentais e institucionais.

De acordo com a Figura 1, tem-se também as PPE, entendidas aqui como uma série de orientações políticas mediadas pela ideologia da inclusão e dos Direitos Humanos. Por isso, do ponto de vista discursivo, as PPE versam sob a égide dos direitos iguais do princípio iluminista, constitucionalmente assegurado (Nardi; Silveira; Machado, 2013; Sousa Graupe Locks, 2019; Souza Júnior, 2012; Sartori; Pereira, 2022a; Sartori; Pereira, 2022b; Sartori; Pereira, 2022c).

Nesta pesquisa, as PPE colaboram com as discussões a partir das problematizações feitas acerca do ingresso e da permanência de pessoas transexuais e travestis na educação superior por meio das cotas. Estas, por sua vez, são vistas aqui como uma espécie de materialização dos princípios políticos educacionais, pois atuam na redução das diferenças sociais a partir da figura da pessoa trans (Sartori; Pereira, 2022a; Sartori; Pereira, 2022b; Sartori; Pereira, 2022c).

No entanto, o mapeamento dessas PPE revela uma omissão dessas políticas na prática da convivência universitária, uma vez que relatos de violência transfóbica têm se tornado cada vez mais frequentes. As PPE, nesse caso, parecem fazer uma diferença entre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior, já que garantem o acesso, mas pouco parecem com relação à permanência (Sartori; Pereira, 2022d; Sartori; Pereira, 2022e).

2 MÉTODO

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE ESTUDO

A escolha pelos participantes de pesquisa revela um Estudo de Caso, considerando que estes ajudam a compor uma realidade específica, dentro de uma mesma instituição de ensino superior. Estes participantes ajudam a integrar o quadro discente da universidade em que os dados foram gerados, sendo assíduos em todas as aulas das disciplinas nas quais têm matrícula regular.

O Estudo de Caso se caracteriza como um tipo de investigação capaz de caracterizar um determinado contexto social e, com isso, apresentar alternativas que possam minimizar a problemática identificada. Logo, trata-se de uma tipologia de pesquisa que nos convida a pensar situações semelhantes para assim conferir ao pesquisador a autonomia de estabelecer relações sociais e conexões semânticas (Yin, 2005).

No que se refere à abordagem de pesquisa, optamos pela qualitativa, pois os fragmentos, que representam as falas dos participantes, passaram por um tratamento científico de natureza interpretativa. Para isso, foi utilizada a técnica de narrativas, considerando a contexto dos relatos tratados. Estes, por sua vez, foram sistematizados a partir dos relatos acerca da dificuldade de permanência no ensino superior. Isso porque procuramos construir sentidos a partir desses dados e, com isso, mapear possíveis situações de violência transfóbica, explícitas ou veladas.

A pesquisa qualitativa é caracterizada pelo teor intersubjetivo com o qual o pesquisador trata os dados. Em outras palavras, refere-se a um olhar sensível acerca dos motivos que levaram a existência do *corpus*, os quais nem sempre estão materializados na superfície dos dados. Trata-se de uma abordagem muito utilizada no campo das Ciências Humanas e Sociais, pois considera todas as forças ideológicas que permeiam a anatomia do material tratado nas análises (Pereira; Angelocci, 2021; Severino, 2007).

2.2 COLETA DE DADOS

Foram entrevistados três estudantes que ingressaram no ensino superior por meio de cotas para pessoas transexuais e travestis. Estes participantes da pesquisa atuam como discentes de cursos universitários ofertados por uma instituição de ensino superior, localizada no município de Santo André, região metropolitana de São Paulo, o qual ajuda a compor a mesorregião do ABCD Paulista.

A mesorregião do ABCD Paulista está localizada nas adjacências da Grande São Paulo, sendo constituída pelos seguintes municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

Os participantes de pesquisa foram entrevistados nas dependências da instituição em um local privado, para que não se sentissem expostos. A conversa foi orientada por um roteiro de dez perguntas, as quais versavam sobre a relação do cotista trans com os demais atores sociais que convivem no espaço universitário. Para tanto, a condução da coleta dos dados ocorreu conforme os padrões éticos exigidos, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisa com o número do parecer 5.638.538.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Fragmento 1 foi extraído da entrevista no momento em que o estudante trans relativa suas impressões a respeito das PPE de acesso e permanência no ensino superior. De maneira mais precisa, falava sobre a dificuldade de se permanecer na universidade, assumindo-se uma pessoa transexual.

Quadro 1 – Fragmento de Pesquisa 1

Nisso, você fala ‘olha, nós vamos abrir as portas pra você’. E aí você abre a porta e já com você lá dentro. Você fecha a porta de novo e fala ‘você fica aí’. É meio complicado depois. É como se você deixasse a gente entrar, mas dentro da universidade, as pessoas trans são tratadas como se o lugar delas não fosse ali.

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o Fragmento 1, o cotista trans compara a entrada na educação superior com a abertura de uma porta que, ao se fechar, dá uma sensação de desamparo. Isso, por sua vez, gera um sentimento de não pertencimento, pois, de acordo com o próprio relato, a universidade é “um meio complicado”.

Do ponto de vista relacional, há uma tentativa de silenciamento da figura do cotista trans por parte de pessoas heteroformalistas. O sentimento de não pertencimento é diretamente motivado por uma postura agressiva de pessoas que agem na condição de atores sociais repressores. Assim, há uma espécie de disjunção ideológica, marcada por uma postura segregadora e abissal (Butler, 2003; Sartori; Pereira, 2022d; Scott, 1992).

Isso gera um apagamento da figura da pessoa trans, que passa a ser vista como algo irrelevante e alegórico, uma vez que tende a ser visto como um ser que não se adequa àquele espaço, estando ali de maneira indevida. Em outros termos, há uma redução da importância do cotista trans nas relações estabelecidas, o que o faz sentir-se diminuído (Nardi; Silveira; Machado, 2013; Sousa Graupe Locks, 2019; Sartori; Pereira, 2022b).

O Fragmento 2 foi extraído da entrevista quando o estudante trans busca na memória alguma situação de violência que tenha vivido no contexto universitário. De maneira mais precisa, falava sobre a presença marcante de transfobia por parte de docentes e gestores, os quais, assim como os discentes, mostram-se intoleráveis à diversidade de gêneros. Pontua também o viés binários das burocracias institucionais que, conforme o relato, resumem os corpos como homens ou mulheres.

Quadro 2 – Fragmento de Pesquisa 2

Existe muito preconceito por parte de docentes, de parte de gestores, de técnicos administrativos, de muitos alunos também, né? Discentes existem pessoas de dentro da instituição que são maravilhosas, que dão oportunidades, que realmente estão do nosso lado. Mas os trâmites burocráticos da universidade ainda estão fundamentados numa lógica muito binária de gêneros, que a questão da teoria eugenista que fala sobre mulher e homem depende do seu corpo, quando, na verdade, o gênero, isso já é provado cientificamente nos estudos de gênero, que o gênero da pessoa não é correspondente ao corpo dela e sim a uma construção mental da identidade, que é o conceito-chave da filosofia de identidade, né? É o que constitui o ser.

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o Fragmento 2, o cotista trans há uma parte das pessoas que convivem na universidade que adotam o respeito como princípio de suas relações. Entretanto, estas pessoas não são a maioria, sendo que, em grande parte dos casos, são gestores e professores que apresentam um comportamento transfóbico. Este comportamento, por sua vez, reforça um sistema burocrático binário, em que a noção de gênero parece ser um sinônimo de sexo biológico.

Do ponto de vista analítico, o relato acima parece evidenciar uma conjuntura social totalmente heteroformativa, em que a diversidade parece não ser levada em consideração, tanto no sentido relacional, quanto burocrático. Isso, por sua vez, nos leva a entender a estrutura burocrática como reflexo da estrutura comportamental, sendo, dessa forma, uma espécie de materialização ideológica de uma cultura segregadora. No âmbito das relações humanas, trata-se de algo bastante recorrente, já que entendemos as tomadas de decisão como escolhas linguístico-ideológicas que constituem e explicam o comportamento social das pessoas que ali se convivem (Bauman, 2001; Butler, 2014; Sartori; Pereira, 2022a).

Nesse sentido, há uma tentativa de padronização das identidades, as quais se constituem como princípios do comportamento humano induzidos pelo olhar binário do sexo biológico. Isso mostra-se como um problema a partir do momento em que há uma imposição dessa identidade binária de sexo que parece se sobrepor à identidade de gênero (Butler, 2014; Scott, 1992; Pereira; Sartori, 2023a).

O Fragmento 3 foi extraído da entrevista no momento em que o estudante trans busca caracterizar a universidade como espaço social. Trata-se de um ponto de vista criado a partir de suas experiências adquiridas enquanto estudante travesti.

Quadro 3 – Fragmento de Pesquisa 3

É um ambiente que a gente sabe que, ao entrar, vamos sofrer violência. A gente vai sofrer, assim, tipo então, as cotas são importantes sim, eu acho que a permanência é uma questão, assim, que pessoas cis nem conseguem imaginar.

Fonte: Dados de pesquisa.

De acordo com o Fragmento 3, o estudante trans compreende a universidade como espaço violento, uma vez que prevê represálias no ato do seu ingresso. Esta visão, por sua vez, parece ser motivada

por vários aspectos, entre eles a difusão do discurso de resistência na prática da permanência trans na educação superior. Isso pode ser motivado pelos crescentes relatos de violência transfóbica em contextos de educação formal, advindos das lacunas deixadas pelas PPE entre o ato de oportunizar o acesso e o de possibilitar a permanência.

Do ponto de vista analítico, podemos perceber uma postura prévia de defesa por parte do cotista trans, que tende a se sentir reprimido e estigmatizado no meio universitário. Esta postura reverbera uma história de agressão e de desrespeito à classe LGBTQQICAAPF2K, o que motiva uma tentativa de defesa antes mesmo do ataque. Sociologicamente, são atitudes responsivas motivadas por comportamentos prévios, as quais, ao se tornarem rotina, tendem a se constituir como reflexo do meio em que se vive (Graupe Locks, 2019; Souza Júnior, 2012; Sartori, 2020).

Por fim, há também, no fragmento acima, uma representação caótica acerca da universidade, algo que destoa daquilo que se espera do meio universitário: um espaço em que a diversidade pode conviver tranquilamente. O teor paradoxal entre os discursos propagados pelo meio acadêmico e a maneira com que ele é visto pela pessoa trans é no mínimo intrigante. Isso porque esta dissonância revela um distanciamento entre o que é dito e o que é vivido nas universidades.

4 CONCLUSÃO

A princípio, é necessário retornar à pergunta de pesquisa, evidenciada na Introdução deste artigo, a qual apresenta o seguinte questionamento: *O que revelam as situações de violência transfóbica no contexto universitário de uma instituição localizada na região metropolitana de São Paulo, envolvendo acadêmicos transexuais e travestis cotistas?*

É possível dizer que a referida questão foi respondida, de maneira satisfatória, ao longo desta pesquisa, especialmente na seção de tratamentos dos dados, em que foi possível perceber exemplos de situações transfóbicas no meio universitário de duas maneiras: i) explícita; e ii) velada.

Ambas as ocorrências são igualmente ofensivas em relação à figura do estudante trans, que tende a se sentir desamparado diante de um contexto altamente agressivo em relação à diversidade de gêneros. Além disso, seja de maneira explícita, seja de maneira velada, a violência transfóbica parece estar presente no meio acadêmico de maneira naturalizada, já que causa pouco espanto e, com isso, continua se intensificando.

Isso demonstra uma estrutura social brasileira conservadora e preconceituosa. Ao se pautar em percepções abissais e dicotômicas, o olhar social reproduz comportamentos inadmissíveis para pessoas que deveriam apresentar seu lado humano tão evoluído quando o acadêmico.

Por fim, a pesquisa revela ainda lacunas deixadas pelas PPE no que se referem à permanência de pessoas trans na universidade. Não há políticas públicas efetivas que garantam a estadia dessas pessoas no meio acadêmico, deixando-as vulneráveis às condições do meio, as quais são, costumeiramente, agressivas, ou seja, na prática da convivência, há um distanciamento entre ter acesso e ter permanecer garantida na universidade.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Vida para o consumo**: A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BUTLER, J. Hablando claro, contestando. El feminismo crítico de Joan Scott. **Rey Desnudo-Revista de Libros**, Año II, n. 4, p.31-52, otoño, 2014.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FAZENDA, I. Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade: Visões culturais e epistemológicas. *In*: FAZENDA, I (org.). **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. p. 17-28.
- LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador, BA: EDUSC, 2012.
- LATOUR, B. **Como fazer ciência na democracia**. Trad. de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.
- LIZZI, E. A. da S.; CAVALEIRO, M. C. Ensaio preliminar sobre violência de gênero no ambiente universitário em uma universidade pública do Paraná. Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 6, GT 21 Violência de Gênero, 2020. **Anais [...]**, Universidade Estadual de Londrina, 2020. p. 2175-2190.
- NARDI, H. C.; SILVEIRA, R. S.; MACHADO, P. S. (org.). **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- PEREIRA, B. G.; ANGELOCCI, M. A. **Metodologia da pesquisa**. Pará de Minas, MG: VirtualBooks, 2021.
- PEREIRA, B. G.; SARTORI, T. L. Esse nome não me representa: construção de valores líquidos em nomes sociais de acadêmicos cotistas. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico** (on-line), v. 239, p. 50-59, 2023.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, novembro 2007.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Subjetividades no discurso das identidades na educação superior: uma abordagem além do pensamento abissal. **Revista Educação em Páginas**, v. 2, p. 1-17, 2023a.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. (Des) Vozeamento de identidades de gênero no acesso e permanência no ensino superior: análise bibliométrica de pesquisas publicadas em periódicos na última década. **Humanidades & Inovação**, v. 9, p. 144-155, 2023b.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Direitos humanos e políticas públicas na educação superior: algumas palavras sobre identidades de gênero. *In*: RIBEIRO, A. C. F. *et al* (org.). **Práticas da Interdisciplinaridade na Educação**. V. 1. Pará de Minas: Virtual Books, 2022a. p. 58-63.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Identidades de gênero na modernidade líquida: mapeamento de políticas públicas na educação do Brasil. **Temática**, v. 9, p. 191-205, 2022b.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Percepções sobre sociedade e estado a partir da semiótica: olhares enunciativos em textos sincréticos. **Revista FSA** (Faculdade Santo Agostinho), v. 19, p. 299-317, 2022c.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Autorrepresentações de acadêmicos cotistas a partir das políticas públicas de acesso e permanência de pessoastranssexuais e travestis na educação superior brasileira. **International Journal Of Development Research**, v. 12, p. 59652-59654, 2022d.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. (Dis)junções discursivas e silenciamento das identidades de gênero no currículo da educação técnica: caracterização de políticas públicas brasileiras. **Revista Querubim** (on-line), v. 3, p. 91-97, 2022e.

SARTORI, T. L. **Educação, direitos humanos e violência homofóbica no ambiente escolar: a concepção dos gestores**. 2020. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, São Caetano do Sul, SP, 2020.

SCOTT, J. W. Igualdad versus diferencia: los usos de la teoria postestructuralista. **Debate Feminista**, Mexico, v. 5, p. 85-104, mar. 1992.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SMITH, A. S. P. O.; SANTOS, J. L. O. Corpos, identidades e violência: o gênero e os direitos humanos. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1083-1112, 2017.

SOUSA, L. A. B. de GRAUPE, M. E. LOCKS, G. A. Políticas públicas de gênero no contexto escolar: percepções de orientadoras educacionais. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p.197-213, 2019.

SOUZA JÚNIOR, S. L. de. **Direitos sexuais e políticas públicas**: o combate à discriminação para a concretização dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no Estado do Pará. 2012. 157f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Pará, UFPA, Belém, PA, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Recebido em: 16 de Março de 2023

Avaliado em: 12 de Novembro de 2023

Aceito em: 20 de Dezembro de 2023



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Copyright (c) 2024 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

1 Doutor em Ensino de Língua e Literatura pela UFT.
E-mail: brunogomespereira_30@hotmail.com

2 Doutorando em Mudança Social e Participação Política pela USP: E-mail: thiagosartori@usp.br

